

Cleyson de Moraes Mello

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ

Professor do PPGD da UERJ e UVA

Advogado

Membro do Instituto dos Advogados do Brasil – IAB

PROCESSO CIVIL

**TEORIA GERAL DO PROCESSO
PROCESSO DE CONHECIMENTO**


EDITORA
PROCESSO
Editora Processo
2021

EDITORA PROCESSO

Tels: (21) 3128-5531 / (21) 3889-8181 / (21) 2209-0401

www.editoraprocesso.com.br

www.catalivros.com.br

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio Ltda ME

Copyright© 2021 Cleyson de Moraes Mello

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comin Giberton

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Cleyson de Moraes Mello

Eneas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedroso

Hélio do Vale Pereira

Joyceane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martonio Mont' Alveme Barreto Lima

Mauricio Moreira Menezes

Melhim Namem Chalhub

Ricardo Calderón

Sergio Campinho

Zeno Veloso

Diagramação - Mariana Carvalho

Capa - Alexander Marins

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Mello, Cleyson de Moraes

M346p

Processo Civil - teoria geral do processo / Cleyson de Moraes Mello

Rio de Janeiro: Processo 2021

518p. ; 23cm

ISBN 978658935154-2

1. Processo civil. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

Capítulo 1

NORMAS CONSTITUCIONAIS COM RELEVÂNCIA PARA O PROCESSO CIVIL..... 31

- 1.1 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana..... 31
- 1.2 O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional como Subprincípio Concretizador da Dignidade da Pessoa Humana .. 43
- 1.3 Princípio da Razoável Duração do Processo..... 47
- 1.4 O Direito Fundamental ao Devido Processo Legal 51
- 1.5 O Direito Fundamental à Igualdade entre as Partes 54
- 1.6 O Direito Fundamental ao Juiz Natural..... 56
- 1.7 Princípio da Imparcialidade..... 56
- 1.8 Princípio do Promotor Natural 57
- 1.9 O Direito Fundamental ao Contraditório e da Ampla Defesa 57
- 1.10 O Direito Fundamental à Publicidade 59
- 1.11 O Direito Fundamental à Motivação das Decisões 60
- 1.12 O Direito Fundamental à Inadmissibilidade da Prova Ilícita 60
- 1.13 O Direito Fundamental ao Duplo Grau de Jurisdição 61
- 1.14 Princípio da Assistência Jurídica Integral e Gratuita 61
- 1.15 O Direito Fundamental ao Processo Justo..... 62

Capítulo 2

PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL..... 71

- 2.1 Princípio da Simetria Constitucional..... 71

2.2 Princípio da Inércia e do Impulso Oficial.....	71
2.3 Princípio da Inafastabilidade do Poder Jurisdicional	71
2.3.1 Princípio da Promoção pelo Estado da Solução por Autocomposição	71
2.4 Princípio da razoabilidade da prestação jurisdicional, princípio da primazia do julgamento de mérito e princípio da efetividade	72
2.5 Princípio da Boa-Fé	72
2.6 Princípio da Cooperação	75
2.7 Princípio da Igualdade Processual e dever do Juiz de zelar pelo efetivo contraditório	75
2.8 Princípio da Função Social, Dignidade da Pessoa Humana e outros	75
2.9 Princípio do Contraditório Participativo	76
2.10 Princípio da Vedação das Decisões Surpresa.....	76
2.11 Princípio da Publicidade e da Fundamentação das decisões Judiciais	77
2.12 Princípio da Persuasão Racional	77
Capítulo 3	
FONTES DO PROCESSO CIVIL E HERMENÊUTICA	81
3.1 Fontes do Processo Civil	81
3.2 Hermenêutica Jurídica.....	82
3.3 Interpretação do Direito.....	86
3.4 Métodos ou Elementos Clássicos de Interpretação	87
3.4.1 Gramatical, textual, filológica, verbal, semântica ou literal (<i>verba legis</i>).....	87
3.4.2 Lógica (<i>mens legis</i>).....	87

3.4.3 Teleológica ou finalística.....	88
3.4.4 Sistemática.....	88
3.4.5 Histórica.....	88
3.4.6 Sociológica	89
3.4.7 Autêntica, legal, legislativa	89
3.4.8 Extensiva ou ampliativa.....	89
3.4.9 Restritiva ou Limitativa	90
Capítulo 4	
PODER JUDICIÁRIO.....	91
4.1 Órgãos do Poder Judiciário	91
4.2 Estatuto da Magistratura.....	102
4.3 Garantias e Vedações do Poder Judiciário	107
4.4 Regra do Quinto Constitucional	109
4.5 Juizados Especiais e Turmas Recursais.....	113
4.6 Funções Essenciais à Justiça	115
4.6.1 Ministério Público	115
4.6.1.1 <i>Princípios e Garantias Institucionais do Ministério Público</i>	118
4.6.1.2 <i>Conselho Nacional do Ministério Público</i>	119
4.6.2 Advocacia Pública.....	121
4.6.3 Advocacia	124
4.6.4 Defensoria Pública.....	124
Capítulo 5	
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	127
5.1 Introdução.....	127
5.2 Características	127

5.3 Classificação.....	128
5.4 Competência Nacional.....	128
5.4.1 Competência Absoluta e Relativa.....	129
5.4.2 Regras Gerais para Apuração de Competência	130
5.4.3 Critérios para a Fixação da Competência	134
5.4.4 Conflito de Competência	136
5.4.5 Conexão e Continência.....	139
5.4.5.1 <i>Conexão</i>	139
5.4.5.2 <i>Continência</i>	140
5.4.6 Competência da Justiça Federal	140
5.4.7 Competência do Tribunal Regional Federal (TRF).....	143
5.4.8 Competência das ações fundadas em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis	144
5.4.9 Competência das ações fundadas em direito real sobre imóveis.....	149
5.4.10 Foro de domicílio do autor da herança	150
5.4.11 Ação em que o ausente for réu	150
5.4.12 Ação em que o incapaz for réu	150
5.4.13 Ação em que seja parte a União	150
5.4.14 Competência para as ações em que figurarem como parte os Estados Federados.....	151
5.4.15 Foro para ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável	151
5.4.16 Foro privilegiado do credor de alimentos.....	152
5.4.17 Foro privilegiado do idoso.....	152

5.4.18 Foro da Pessoa Jurídica	153
5.4.19 Foro da Sociedade ou Associação sem Personalidade Jurídica.....	153
5.4.20 Foro do lugar de cumprimento da obrigação.....	153
5.4.21 Atividade notarial e registral: regra de competência para danos causados por notários e registradores.....	153
5.4.22 Foro nas ações de reparação de dano.....	153
5.4.23 Foro em que o réu for administrador ou gestor de negócios alheios.....	154
5.4.24 Foro nas ações de reparação de dano por acidente de veículo, aeronaves ou crimes.....	154
5.4.25 Competência dos Juizados Especiais.....	154
5.4.26 Competência dos Juizados Especiais Federais	155
5.4.27 Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	156
5.4.28 Foro de Eleição	157
5.5 Competência Internacional	158
5.5.1 Competência Internacional concorrente ou cumulativa	158
5.5.2 Competência internacional exclusiva	160
5.5.3 Competência concorrente e litispendência	160
Capítulo 6	
AÇÃO.....	163
6.1 Introdução.....	163
6.2 Condições da Ação	163
6.2.1 Legitimidade <i>ad causam</i> (legitimação para a causa)...	164
6.2.2 Interesse de Agir.....	165

6.3 Os Elementos da Ação	166
6.4 Classificação das Ações	167
Capítulo 7	
PROCESSO	169
7.1 Introdução.....	169
7.2 Pressupostos Processuais.....	170
7.3 Pressupostos Processuais de Existência	171
7.4 Pressupostos Processuais de Validade.....	171
7.5 Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória	174
7.6 Representação e Assistência.....	175
7.6.1 Absolutamente incapazes	189
7.6.2 Relativamente incapazes.....	191
7.7 Curador Especial	195
7.8 Capacidade processual das pessoas casadas.....	197
7.9 Representação das Partes.....	199
7.10 Regularização da Capacidade Processual.....	201
Capítulo 8	
LITISCONSÓRCIO	203
8.1 Introdução.....	203
8.2 Classificação.....	203
8.3 Litisconsórcio Multitudinário.....	204
8.4 Hipóteses de Litisconsórcio.....	205
8.5 Litisconsórcio Necessário.....	205
8.5.1 Formação do litisconsórcio necessário	206
8.5.2 Hipóteses de litisconsórcio necessário	207

8.5.3 Ausência de formação de litisconsórcio necessário	208
8.5.4 Vícios das sentenças proferidas sem a integração de um litisconsorte.....	209
8.6 Litisconsórcio Facultativo	211
8.6.1 Hipóteses de litisconsórcio facultativo.....	213
8.6.2 Litisconsórcio Ativo Facultativo entre dois Ministérios Públicos	214
8.6.3 Litisconsórcio Ativo Facultativo – Crédito de honorários advocatícios	214
8.7 Autonomia entre os litisconsortes	215
8.8 Andamento do processo e intimação.....	215
8.9 Prazo em dobro.....	216
Capítulo 9	
INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	217
9.1 Introdução.....	217
9.2 Assistência.....	218
9.2.1 Assistência Simples	220
9.2.2 Assistência Litisconsorcial	223
9.2.3 Justiça da decisão.....	224
9.2.4 Quadro comparativo	226
9.3 Denúnciação à Lide.....	228
9.3.1 Introdução	228
9.3.2 Hipóteses de Cabimento	230
9.3.2.1 <i>Risco de Evicção</i>	230
9.3.2.2 <i>Direito de regresso decorrente de lei ou contrato</i> .	234
9.3.3 Denúnciação da lide da Fazenda Pública ao servidor público	237

9.3.4 Procedimento da denunciação da lide	237
9.3.5 Denunciação da Lide a quem já integra o polo passivo da demanda	241
9.4 Chamamento ao Processo	242
9.4.1 Introdução	242
9.4.2 Hipóteses de cabimento	242
9.4.2.1 <i>Casos de Fiança</i>	242
9.4.2.2 <i>Casos de Solidariedade Passiva</i>	248
9.4.3 Procedimento	251
9.4.4 Fornecimento de medicamentos ou de tratamento de saúde	252
9.5 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ..	253
9.5.1 Conceito.....	253
9.5.2 Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil	254
9.5.3 Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor - CDC.....	256
9.5.4 Desconsideração da personalidade jurídica no Código Tributário Nacional - CTN	257
9.5.5 Desconsideração da personalidade jurídica na Lei 9.605/98	257
9.5.6 Desconsideração da personalidade jurídica na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção.....	258
9.5.7 Teoria Maior e Teoria Menor da Desconsideração da personalidade jurídica.....	258
9.5.8 A Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica	260

9.5.9 Desconsideração da personalidade jurídica	262
9.5.9.1 <i>Conceito</i>	262
9.5.9.2 <i>A desconsideração da Personalidade Jurídica no Código Civil</i>	263
9.5.9.3 <i>A desconsideração da Personalidade Jurídica na Lei 13.105/2015 – Código de Processo Civil</i>	264
9.6 <i>Amicus Curiae</i>	270
9.7 Outras Modalidades de Intervenção de Terceiros	273
Capítulo 10	
ATOS PROCESSUAIS	275
10.1 Introdução	275
10.2 Forma dos Atos Processuais	275
10.3 Publicidade dos Atos Processuais	275
10.4 Negócio Processual	278
10.5 Calendário Processual	281
10.6 Uso da Língua Portuguesa	282
10.7 Prática Eletrônica dos Atos Processuais	282
10.8 Espécies de Atos Processuais praticados pelas partes e pelo Juízo	283
10.8.1 Atos das Partes	283
10.8.2 Pronunciamentos do Juiz	284
10.9 Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	288
10.10 Tempo dos Atos Processuais	288
10.11 Lugar dos Atos Processuais	289
10.12 Prazos	290
10.12.1 Disposições Gerais	290

10.12.2 Suspensão do Prazo Processual	290
10.12.3 Contagem dos Prazos.....	293
10.12.4 Renúncia ao Prazo	294
10.12.5 Prazos do Juiz	294
10.12.6 Prazos do Serventuário	294
10.12.7 Prazos dos Litisconsortes.....	295
10.12.8 Prazos para a parte, procurador, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Ministério Público	295
10.12.9 Dia do Começo do Prazo	296
10.12.10 Verificação dos Prazos e das Penalidades	298
10.12.11 Citação.....	299
10.12.11.1 Introdução	299
10.12.11.2 Citação Pessoal.....	301
10.12.11.3 Citação do Locador.....	301
10.12.11.4 Citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público.....	301
10.12.11.5 Lugar da Citação.....	301
10.12.11.6 Citação do Militar	302
10.12.11.7 Citação do Acusado (via WhatsApp).....	302
10.12.11.8 Citação da Pessoa Jurídica Estrangeira.....	304
10.12.11.9 Hipóteses em que não se fará a citação	305
10.12.11.10 Espécies de Citação.....	306
10.12.11.11 Citação dos Confinantes na Ação de Usucapião	306
10.12.11.12 Citação pelo Correio.....	307

10.12.11.13	<i>Citação por meio do Oficial de Justiça</i>	308
10.12.11.14	<i>Citação com Hora Certa</i>	310
10.12.11.15	<i>Citação por Edital</i>	310
10.12.12	Cartas de Ordem, Precatória, Rogatória e Arbitral	312
10.12.12.1	<i>Utilidade e Requisitos</i>	312
10.12.12.2	<i>Prazo para cumprimento das Cartas</i>	315
10.12.12.3	<i>Caráter Itinerante</i>	315
10.12.12.4	<i>Recusa ao cumprimento da Carta</i>	315
10.12.13	Intimações.....	316
10.12.13.1	<i>Conceito</i>	316
10.12.13.2	<i>Intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público</i>	316
10.12.13.3	<i>Realização da Intimação</i>	316
10.12.14	Nulidades	318
10.12.15	Distribuição e Registro	321

Capítulo 11

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	325	
11.1	Formação do Processo.....	325
11.2	Suspensão do Processo.....	325
11.3	Extinção do Processo.....	329
11.3.1	Extinção do Processo sem Resolução do Mérito	330
11.3.2	Extinção do Processo com Resolução do Mérito	333

Capítulo 12

PROCEDIMENTO COMUM	335
12.1 Espécies de Procedimento	335
12.2 Estruturação Geral do Procedimento Comum.....	336
12.3 Perspectivas Horizontal e Vertical do Procedimento Comum	341

Capítulo 13

PETIÇÃO INICIAL	347
13.1 Requisitos da Petição Inicial	347
13.2 Causa de pedir	348
13.3 Pedido.....	349
13.3.1 Considerações Iniciais	349
13.3.2 Pedido Implícito	352
13.3.3 Cumulação de Pedidos.....	352
13.3.4 Cumulação Sucessiva	353
13.3.5 Cumulação Alternativa	353
13.4 Obrigação Indivisível	354
13.5 Modificações da causa de pedir e do pedido.....	357
13.6 Valor da Causa	358
13.6.1 Considerações Iniciais	358
13.6.2 Juizado Especial Federal Cível.....	360
13.6.3 Impugnação do Valor da Causa.....	362
13.6.4 Ação Rescisória. Valor da Causa	363
13.7 Emenda à petição inicial.....	364
13.8 Indeferimento da petição inicial	365
13.9 Improcedência liminar do pedido.....	367

13.10 Distribuição da Petição Inicial	369
Capítulo 14	
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....	373
14.1 Considerações Iniciais	373
Capítulo 15	
CONTESTAÇÃO.....	379
15.1 Direito Fundamental de Defesa	379
15.2 Matéria de Defesa.....	379
15.3 Prazos	383
15.4 Alegação de ilegitimidade de parte e a substituição do réu	386
Capítulo 16	
RECONVENÇÃO	389
16.1 Considerações Iniciais	389
16.2 Reconvenção sucessiva (reconvenção à reconvenção).....	391
16.3 Curador Especial	392
Capítulo 17	
REVELIA.....	395
17.1 Considerações Iniciais	395
17.2 Não produção dos efeitos da revelia.....	396
17.3 Prazos contra o revel	397
17.4 Revelia em ação de divórcio.....	398
Capítulo 18	
TUTELA PROVISÓRIA.....	399
18.1 Introdução.....	399
18.2 Classificação	399
18.3 Quadro Esquemático	399

18.4 Tutela Provisória de Urgência	403
18.5 Concessão de liminar.....	403
18.6 Perigo de Irreversibilidade da decisão.....	404
18.7 Caução.....	404
18.8 Tutela Provisória de Urgência de natureza cautelar	405
18.9 Responsabilidade Civil do Requerente da Tutela de Urgência	405
18.10 Procedimento da tutela provisória antecipada em caráter antecedente	406
18.11 Estabilização da tutela provisória antecipada em caráter antecedente	407
18.12 Procedimento da tutela provisória cautelar em caráter antecedente	408
18.12.1 Cessaçãõ da Eficácia da tutela concedida em caráter antecedente	410
18.12.2 Indeferimento da tutela cautelar	410
18.13 Tutela de Evidência	410
18.13.1 Restrições à Tutela Provisória	411
Capítulo 19	
JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	415
19.1 Extinção do processo.....	415
19.2 Julgamento antecipado do mérito.....	415
19.3 Julgamento Antecipado Parcial do Mérito	417
Capítulo 20	
SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO.....	421
20.1 Decisão de Saneamento e de Organização do Processo...	421

Capítulo 21

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO..... 425

21.1 Considerações Preliminares	425
21.2 Poder de Polícia do Juiz	425
21.3 Ordem de produção probatória.....	426
21.4 Adiamento ou antecipação da audiência	426
21.5 Alegações Finais.....	427
21.6 Apresentação de Memoriais	427
21.7 Concentração dos atos na audiência e possibilidade de seu desdobramento.....	428
21.8 Prazo para prolação da sentença.....	428
21.9 Termo de audiência	428
21.10 Gravação da audiência.....	429

Capítulo 22

PROVA..... 431

22.1 Introdução.....	431
22.2 Valoração das provas.....	433
22.3 Prova emprestada	433
22.4 Ônus da prova.....	436
22.4.1 Inversão do ônus da Prova.....	436
22.4.2 Distribuição estática e distribuição dinâmica do ônus da Prova.....	438
22.4.3 Inversão do ônus da Prova – Direito do Consumidor	440
22.4.4 Acordo sobre a distribuição do ônus da prova	441
22.4.5 Fatos que independem de prova	441

22.4.6 Regras de experiência	442
22.4.7 Cabe ao juiz conhecer a lei (princípio <i>iura novit curia</i>)	442
22.4.8 Provas relevantes	442
22.4.9 Dever de colaboração	443
22.4.10 Não autoincriminação.....	443
22.4.11 Deveres do terceiro	444
22.4.12 Produção antecipada da prova	444
22.4.12.1 <i>Considerações preliminares</i>	444
22.4.12.2 <i>Competência para a ação probatória autônoma</i>	445
22.4.12.3 <i>Procedimentos da antecipação da prova</i>	445
22.5 Ata Notarial	446
22.6 Depoimento Pessoal	446
22.7 Confissão	448
22.7.1 Conceito	448
22.7.2 Confissão judicial	449
22.7.3 Irrevogabilidade e anulabilidade	449
22.7.4 Confissão extrajudicial	449
22.7.5 Indivisibilidade da confissão	450
22.8 Exibição de Documento ou Coisa	450
22.8.1 Introdução.....	450
22.8.2 Documento ou Coisa em poder de terceiro	452
22.8.3 Escusa legítima.....	452
22.8.4 Ação autônoma de exibição de documentos.....	453

22.8.5 Esquema de exibição de documentos	454
22.8.6 Dados do IBGE.....	455
22.9 Prova Documental	455
22.9.1 Conceito e força probante dos documentos	455
22.9.2 Indispensabilidade do instrumento público	456
22.9.3 Eficácia das declarações em documento particular ...	456
22.9.4 Meios de transmissão de dados	457
22.9.5 Cartas e registros	457
22.9.6 Livros Empresariais.....	458
22.9.7 Eficácia probatória das cópias	459
22.9.8 Certificação de autenticidade das cópias	459
22.9.9 Eficácia probatória especial.....	459
22.9.10 Formas de arguição da falsidade documental.....	461
22.9.11 Distribuição do ônus da prova	461
22.9.12 Arguição de Falsidade	462
22.9.13 Contraditório e exame pericial	463
22.9.14 Declaração sobre a falsidade e coisa julgada.....	463
22.9.15 Produção da Prova Documental	463
22.9.16 Declaração sobre a falsidade e coisa julgada.....	464
22.9.17 Contraditório.....	465
22.9.18 Dever de prestar informações.....	465
22.9.19 Documentos Eletrônicos.....	465
22.10 Prova Testemunhal	466
22.10.1 Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal	466

22.10.2 Prova testemunhal nos contratos	467
22.10.3 Podem depor como testemunhas	467
22.10.4 Testemunhas não é obrigada a depor.....	468
22.10.5 Local da oitiva das testemunhas	468
22.10.6 Da Produção da Prova Testemunhal.....	469
22.10.6.1 Rol de testemunhas	469
22.10.6.2 Juiz como testemunha.....	469
22.10.6.3 Competência para colher o depoimento.....	469
22.10.6.4 Depoimento de autoridades.....	470
22.10.6.5 Intimação das testemunhas.....	471
22.10.6.6 Ordem para a inquirição das testemunhas.....	472
22.10.6.7 Contradita.....	472
22.10.6.8 Crime de falso testemunho	472
22.10.6.9 Perguntas realizadas pelo magistrado.....	473
22.10.6.10 Gravação	473
22.10.6.11 Testemunhas referidas e acareação	473
22.10.6.12 Despesas	474
22.10.6.13 Prova testemunhal e ação rescisória.....	474
22.11 Da Prova Pericial.....	475
22.11.1 Classificação	475
22.11.2 Perícia	475
22.11.3 Perícia – Exame de DNA.....	480
22.12 Inspeção Judicial	482
22.12.1 Preliminares	482
22.12.2 Defensoria pública e inspeção judicial	483

Capítulo 23

SENTENÇA E COISA JULGADA	485
23.1 Disposições Gerais	485
23.2 Decisão sem resolução do mérito (sentença terminativa)	487
23.3 Prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.....	488
23.4 Abandono da causa.....	488
23.5 Decisão com resolução do mérito	488
23.6 Requisitos essenciais da sentença judicial.....	489
23.7 Hipóteses de decisão sem fundamentação.....	492
23.8 Classificação das Sentenças	493
23.9 Colisão de normas	494
23.10 Boa-fé	495
23.11 Extensão da obrigação de pagar quantia	495
23.12 Sentença “extra petita” e “ultra petita”.....	495
23.13 Fato constitutivo, modificativo ou extintivo	496
23.14 Retratação	496
23.15 Hipoteca Judiciária	496
23.16 Remessa Necessária (duplo grau de jurisdição).....	497
23.17 Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa	499
23.17.1 Ação de obrigação de fazer e obrigação de não fazer	499
23.17.2 Ação de entrega da coisa	501
23.17.3 Perdas e Danos.....	503

23.17.4 Ação de emissão de declaração de vontade.....	503
23.18 Coisa Julgada.....	504
23.18.1 Considerações Iniciais	504
23.18.2 Coisa julgada material	504
23.18.3 Coisa soberanamente julgada	505
23.18.4 Não faz coisa julgada.....	505
23.19 Liquidação de Sentença.....	506
23.19.1 Condenação ao pagamento de quantia ilíquida	506
23.19.2 Liquidação da sentença.....	506
23.19.3 Espécies de Liquidação	507
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	509
BIBLIOGRAFIA	513